

Centro Universitário UNIASSELVI
Pós-graduação em LIBRAS
Educação especial e Inclusão Escolar

Docentes: Ana Paula Fischer HORT
Ivan Carlos HORT
Discente: Claudio Alves BENASSI

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE
PESQUISA “ALÉM DOS SENTIDOS: GLOSSARIANDO TERMOS
MUSICAIS EM LIBRAS” PARA ALUNOS SURDOS**

Introdução

Este paper é o relato de uma experiência da apresentação do meu projeto de pesquisa, que resultará no texto final de minha monografia de Pós-graduação - Lato sensu, em Língua Brasileira de Sinais, intitulado “Além dos sentidos: glossariando termos musicais em Libras” para alunos surdos do projeto “Aprendendo a aprender no processo de aprendizagem do português como L2 pelo aluno surdo”.

A Lei n.º 11.769 sancionada pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva em 18 de agosto de 2008, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica e estabelece um prazo de três anos, para que os estabelecimentos de ensino no Brasil se adéquem a nova realidade do ensino brasileiro.

Podemos considerar a aprovação da referida lei um grande avanço, ainda que tardio. Se voltarmos nossa atenção para a história do ensino brasileiro, nos depararemos com outra lei de ensino: Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que versa sobre a Libras e sua legitimação. Ambas as leis surgiram da necessidade e do clamor das bases da sociedade brasileira, que muito ganhou com a atenção do poder público para o ensino de música e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais.

Mas, a realidade nos mostra que estamos muito aquém daquilo que almejavam os partidários da igualdade linguística entre surdos e ouvintes e da classe artística, quando reivindicaram seus espaços. Primeiramente, o uso da Libras continua circunscrito a pequenos espaços, tais como a escola. Nos espaços privados, pouca coisa mudou:

Em lojas, supermercados, bancos e clínicas médicas, vivenciam relações interpessoais restritas, pois nesses espaços há o uso exclusivo da língua oral. Transitam por esses espaços de maneira muito insatisfatória e, em geral, mesmo na vida adulta, tudo depende da companhia de um familiar ouvinte ou eventualmente de uma pessoa conhecida. Quase sempre inexiste a figura do intérprete e, com isso, participam parcialmente ou de forma tutelada, não encontrando interlocutores que compartilhem do mesmo território linguístico ou compreendam características e necessidades dos sujeitos surdos (MARIN; GOÊS, 2006, p. 243).

Quanto ao ensino de música, muitas são as escolas que ainda não se adequaram a legislação, outras o fizeram de forma improvisada. Ambos os eventos, apresentam problemas pontuais, mas, ao analisarmos o ensino de música na escola regular, em classes com alunos surdos, alguns novos problemas se somam aos já citados. Como por exemplo:

Em Cuiabá, existem escolas em que o surdo não consegue apreender os conteúdos, pois o professor por não conhecer a LIBRAS não consegue mediar seu conteúdo. O profissional intérprete por falta de conhecimento e formação apropriada, não consegue traduzir/interpretar a aula do docente. O mesmo diz para o aluno que este ou aquele conteúdo faz parte do mundo do ouvinte, que o aluno surdo não é capaz de entender. Em outros casos, nos é relatado que o estudante surdo é retirado da sala de aula de música, pois os profissionais da educação ali envolvidos, não tem conhecimento a respeito da música em um contexto de surdez (BENASSI, 2013).

Nas escolas onde o aluno surdo permanece na sala de aula, há por parte do mesmo um descontentamento com a disciplina, uma certa apatia ao professor e ao conteúdo, pois o mesmo não consegue entender o “por que” e o “para que” estudar a música. Ao tomar conhecimento destes acontecimentos decidi realizar uma pesquisa para catalogar os sinais dos termos e conceitos da música em Língua de sinais, mas cheguei à conclusão que os sinais disponíveis em vídeos e em algumas apostilas, são poucos e não contemplam a educação musical.

Delineando novos horizontes: a aula que deu origem ao projeto

Faço parte de um grupo de pesquisa intitulado “Aprendendo a aprender no processo de aprendizagem do português como L2 pelo aluno surdo” e após as aulas comecei a indagar os alunos surdos como eram as suas aulas de Arte e Música. Os relatos mostravam sempre certa dificuldade de compreensão dos mesmos, pois, tanto professor quanto intérprete por não conhecerem os sinais da área, usavam muita a datilologia.

Após a busca dos sinais, pedi ao coordenador do projeto, o Professor Ms. Anderson que gentilmente me cedeu um espaço durante uma de suas aulas para que eu apresentasse meu plano de pesquisa. Ministrei uma aula de apenas dez minutos a três alunas surdas, sendo que, duas delas são estudantes do segundo ano do ensino médio e uma já egressa do ensino médio. O conteúdo foi basicamente notação, que por sinal é um conteúdo amplo. Selecionei dentro deste conteúdo os temas pentagrama e clave, obviamente fui levado a falar brevemente, de nota. Iniciei a exposição com uma conversa, apresentando o projeto da monografia da Pós-graduação em Libras que será a preparação de um glossário de termos e conceitos da música em Libras.

Após este momento de conversa, desenhei um pentagrama na lousa e expliquei a sua função, que consiste basicamente em um conjunto de cinco linhas onde são grafadas as notas musicais. Expliquei ainda, que acima do pentagrama podem ser colocadas linhas superiores, como também, abaixo dele. Mostrei o sinal em Libras que é constituído pela mão de apoio aberta, palma voltada para o corpo do sinalizador. Mão dominante com a configuração da letra “D” no centro da mão de apoio, girando da altura do polegar até o mínimo. Mostrando em seguida a escrita do nome em português, já que o programa é de ensino de Língua Portuguesa.

Em seguida, mostrei que na extremidade esquerda do pentagrama, coloca-se a clave. Existem três tipos de claves: a de sol, a de fá e a de dó.

Mostrei a função de clave que dar nome as notas e o sinal geral. Em seguida, o sinal de cada uma das claves, sem entrar no outros detalhes do assunto, como por exemplo, o porquê a clave de sol se assina na segunda linha e a de fá na quarta linha. Mostrei ainda o sinal de linha e de espaço e a função de cada um dentro da escrita musical.

Por fim, falei brevemente sobre nota, sem fazer nenhum aprofundamento, pois os sinais de nota são um pouco mais complexos. Se escritos no pentagrama, necessita ser representados de uma forma, se não estiverem escritos, deverá manifestar-se de outra forma.

Considerações finais

De forma geral, a experiência contribuiu de maneira efetiva para a elaboração do projeto de catalogação dos sinais da área musical, para a exposição e para a atribuição de novos sinais –pelos alunos surdos – para os conceitos que ainda não foram sinalizados, no decorrer dos próximos encontros. Também contribuiu para simpatizar as alunas que concordaram fazer parte da pesquisa, inclusive, serão apresentadas como co-autoras do produto final.

A experiência mostrou que alguns pontos precisam ter atenção dobrada, como por exemplo, a constatação de que a aula apenas na lousa, é pouco atrativa. O professor de música deve ter sempre em mente, que para um aluno, extremamente, visual, como no caso do aluno surdo, a aula deverá sempre contar com recursos de multimídia.

Além disso, observei que apresentar somente a imagem não gera compreensão e construção sígnica no aluno surdo. É extremamente importante, que se explique, que se detalhe a função de cada item apresentado. No caso da aula de música, o professor precisa contar com instrumentos a sua disposição para mostrar aos seus alunos a aplicação dos conceitos trabalhados.

Referências

- BENASSI, C. A. LIBRAS: inclusão no papel exclusão na realidade. Disponível em <http://www.matogrossoonline.com.br/artigo.php?id=6975921>. Acessado em 13 de ago. de 2013
- BRASIL. Lei n.º 11.769 de 18 de agosto de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm. Acessado em 13 de ago. de 2013
- _____. Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em <http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/08/Lei-n%C2%BA10436.pdf>. Acessado em 13 de ago. de 2013.
- MARIN, C.R; GOÉS, M.C.R. A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. In: Revista Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 231-249, maio/ago. 2006